

A Nova Política da Memória

Alexandra Barahona de Brito*

The Politics of Retribution in Europe: World War II and its Aftermath

István Deák, Jan T. Gross e Tony Judt (ed.)

Princeton University Press, 2000

Coming to Terms: South Africa's Search for Truth

Martin Meredith

Public Affairs, N.I., 1999

A queda do Muro de Berlim foi um acontecimento fracturante, não só em termos políticos, mas também por ter representado uma mudança na forma como os historiadores abordam acontecimentos históricos europeus clássicos. Esta é a primeira observação feita pelos editores do livro *The Politics of Retribution in Europe: World War II and its Aftermath*.

Embora tenham existido antes da queda do comunismo refutações às histórias lineares que apontam para 1945 como o “ano zero” na história europeia (como um ponto de partida para uma nova era), os acontecimentos de 1989 provocaram uma nova vaga de visões do passado. Como sublinham os editores, “convinha a quase todas as pessoas esquecerem o que elas ou os seus pais fizeram, esquecerem o que lhes tinha sido feito, esquecerem o que viam e esquecerem o que sabiam.”

No entanto, o “revivalismo da memória” pós-1989 começou a alterar a forma como a história europeia é escrita e julgada, e foi impulsionado pelo fim do congelamento das iden-

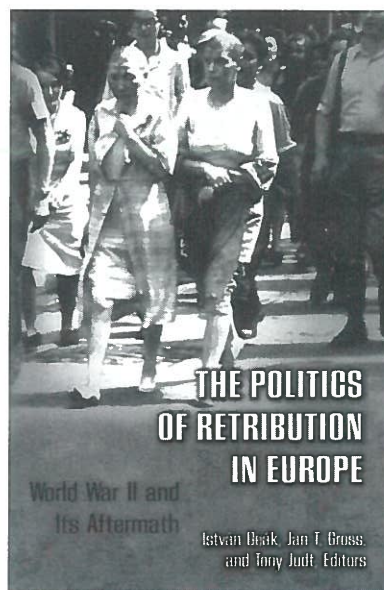
tidades Leste-Oeste, pelas políticas da memória na Alemanha e em França, mas também noutros países europeus, e pelo novo interesse nos períodos pós-conflito, no tema da retribuição e da justiça política em períodos de transição de regime com as experiências mais recentes da Europa de Leste, da Alemanha de Leste, mas também de outros processos semelhantes noutras partes do Mundo.

O livro fornece um relato bem escrito, académico e sólido, do pós-guerra europeu, especificamente dos temas do colaboracionismo, da resistência durante a guerra, da justiça política e da retribuição no pós-guerra, da utilização de memórias e mitos dos tempos de guerra para “ultrapassar o passado” e reconstruir os Estados do pós-guerra, sejam eles autoritários ou democráticos.

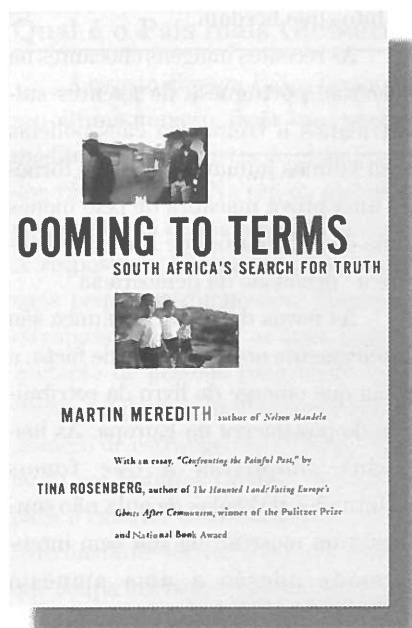
Aborda os casos da Hungria, a questão judaica na Polónia, bem como o tema da justiça política pós-guerra na Bélgica, na Holanda, na França, na Grécia e na Checoslováquia, sendo cada capítulo escrito por diferentes autores com distinção académica. Os editores mostram como, exceptuando

as diferenças nacionais, as questões enfrentadas pelas sociedades do pós-guerra eram muito semelhantes em todos os casos abordados, particularmente no que diz respeito às dicotomias entre colaboracionismo e resistência e crime e castigo, e também ao congelamento e ao descongelamento das identidades nacionais e políticas.

De facto, a inclusão de tanto casos do Ocidente como do Leste e do Sul da Europa é uma das virtudes deste livro, uma vez que desafia a habitual abordagem “histórico-geográfica” da região. Os capítulos da obra também mostram como as histórias lineares clássicas do passado não são de todo capazes de ter em conta a presença contínua do passado no presente.



* Investigadora-associada do IIEI



Como sublinham os editores, os variados “passados europeus estão uns em cima dos outros como placas tectónicas. Alguns movem-se violenta e frequentemente, outros em vagas mais longas e, [...] com um menor impacto disruptivo... Nenhum desses passados acabou em 1945 nem apareceu pela primeira vez nessa altura.”

Por isso, cada país tem o seu “síndrome de Vichy” para enfrentar; como até mesmo Portugal descobriu com o recente debate sobre o ouro nazi nos bancos portugueses, e a comemoração do heroísmo solitário de Aristides Sousa Mendes na sua tentativa não autorizada, e depois punida, de salvar a vida de milhares de judeus.

A África do Sul é uma dessas experiências recentes que reavivaram o interesse nas mais alargadas políticas da memória, da verdade e da justiça em períodos de transição política. O livro jornalístico de Martin Meredith sobre a experiência da África do Sul com a política de “verdade e reconciliação” contribui para o conjunto de obras sobre o papel que as questões de justiça, retribuição e amnistia e as co-

missões de verdade desempenham nas políticas de transição do poder ditatorial ou repressivo para a democracia.

O caso da África do Sul é, sem dúvida, um dos exemplos mais interessantes das políticas de “verdade em transição”, dados a complexidade e o peso do legado do *apartheid* e o papel e o poder alargados, únicos e particulares, atribuídos à Comissão de Verdade e Reconciliação (TRC) naquele país.

A TRC, constituída por 17 membros e presidida pelo bispo Desmond Tutu, foi estabelecida após a transição negociada para a democracia. Nasceu de um compromisso entre as autoridades brancas cessantes e o governo de Nelson Mandela que se preparava para tomar posse. Por isso, o trabalho da Comissão foi limitado. Foi estabelecida para investigar as mais graves violações dos direitos humanos cometidas entre 1960 e 1990 por ambos os lados (o governo do *apartheid* e as suas forças de segurança, e o ANC e outras forças da oposição), mas não deveria julgar o *apartheid* como um crime no seu todo. No entanto, do lado positivo, os poderes da TRC sul-africana eram mais alargados do que os de qualquer outra comissão criada na Ásia, na América Latina ou na Europa. Foi-lhe conferido o poder para convocar testemunhas, revistar e apreender; substituindo-se em parte ao poder judiciário. Para além disso, interligou o processo “confissão” perante a Comissão com a possibilidade da obtenção individual de amnistia pelos crimes dessa maneira testemunhados: noutras palavras, quem fosse acusado de violações poderia pedir amnistia caso testemunhasse sobre os seus crimes perante a Comissão e conseguisse demonstrar que as suas acções tinham sido motivadas politicamente.

Apesar destes poderes, Meredith desenha um quadro largamente nega-

tivo do trabalho da Comissão e do seu impacto. Depois de analisar os “casos” mais famosos de violações dos direitos humanos durante o *apartheid* examinados pela Comissão, incluindo o caso de Vlakpass, o assassinio de Steve Biko pelos polícias da segurança de Port Elizabeth, e outros actos criminosos cometidos por aquela unidade, as mortes em Kwazulu-Natal, incluindo o massacre de Trust Feed, as actividades criminosas das forças de segurança no estrangeiro, incluindo o programa secreto de guerra química e biológica, Meredith argumenta que o processo falhou em muitos aspectos.

Os partidos políticos não aceitaram os resultados da TRC, já que um lado a acusou de parcialidade e o ANC criticou violentamente a decisão da Comissão de analisar e condenar crimes de violação de direitos humanos cometidos por membros do ANC. Meredith argumenta que os criminosos nunca mostraram verdadeiro arrependimento, quase sempre negaram qualquer responsabilidade pelo que aconteceu e basicamente condenaram o processo como um exemplo de parcialidade e vingança política. As vítimas, por seu lado, quase sempre se sentiram defraudadas, já que criminosos confessos saíam da TRC protegidos por uma amnistia, o que impedia que as vítimas ou as suas famílias pudessem procurar fazer justiça nos tribunais. Mesmo após dois anos e meio de trabalho, o “retrato” elaborado pela Comissão da violência do regime do *apartheid* era apenas parcial e o *apartheid* como um crime em si mesmo nunca foi analisado correctamente.

O livro de Meredith é prefaciado por uma opinião mais favorável do processo da Comissão sul-africana. Tina Rosenberg analisa a experiência em termos comparativos, e conclui que a Comissão foi, apesar dos seus pon-

tos fracos, um processo oficial de procura da “verdade” de uma amplitude e uma profundidade sem precedentes. Ela refere o meticuloso trabalho da Comissão e os complexos legados com que teve de lidar (que combinavam elementos de três sistemas repressivos: o *apartheid* usado em contexto de conflito étnico; o dos antigos países comunistas onde a repressão se baseava num sistema de espionagem e de repressão psicológica; e o usado na América Latina, onde a repressão era especialmente violenta e visava grupos específicos, e mais tarde foi negada pelas autoridades).

Rosenberg escreveu longamente sobre este assunto na América Latina e na Europa de Leste pós-comunista. O seu livro, *The Haunted Land: Facing Europe's Ghosts Under Communism*, sobre as políticas de retribuição pós-comunistas na Europa de Leste e na

antiga Alemanha de Leste, valeu-lhe os prémios Pulitzer e National Book Award nos Estados Unidos. Por isso, ela sabe do que está a falar. Como explica no prefácio do livro de Meredith, os principais inimigos do processo da verdade são as expectativas excessivas: “as desilusões das pessoas com os julgamentos ou as comissões de verdade fazem parte do seu desapontamento geral com os frutos da democracia. Depois de anos a sonhar com a liberdade ou a democracia, poucas pessoas consideram que a realidade corresponde às suas expectativas. O polícia na rua é muitas vezes o mesmo arrogante de ontem; os políticos ainda só pensam neles próprios; os pobres não ficaram ricos de repente – e o que é ainda pior para muitos, os velhos ricos não ficaram repentinamente pobres. Os sistemas políticos são mais fáceis de mudar do que a cultura política e as novas de-

mocracias são sempre minadas pelos hábitos que herdamos.”

As recentes imagens chocantes na televisão portuguesa de agentes sul-africanos a treinarem cães-polícias com vítimas humanas (negras) fornece uma prova macabra de pelo menos uma das afirmações de Rosenberg sobre a “desilusão da democracia”.

As novas democracias nunca são inteiramente novas. Esta é, de facto, a ideia que emerge do livro da retribuição do pós-guerra na Europa. As histórias simplistas a que fomos habituados nas salas de aula não conseguiram mostrar, na sua bem intencionada adesão a uma amnésia colectiva sobre o passado, que 1945 não foi um “ano zero” e que o passado ainda pode e vai regressar para nos assombrar. Como escreveu William Faulkner, “o passado nunca está morto; nem sequer é passado”. ■

O Mundo em Português tem mais oito páginas desde o último número. Satisfaz-se, assim, os pedidos para alargarmos os temas tratados em cada número da revista.

Em consequência disso e também do aumento do preço do papel, a partir deste número o preço da revista sofre uma alteração. Assim, em Portugal, os preços passam para 400\$00 avulso, 4.000\$00 assinatura normal, 2.500\$00 assinatura de estudante e 5.500\$00 assinatura de instituições. Na União Europeia e no resto do mundo, os preços ficam, respectivamente, em € 26,5 e € 27,5 para assinaturas normais, e em € 35 e € 40 para assinaturas de instituições. ■